

ROTAS

E TRAJECTOS E CAMINHOS E LAGOS E CIDADES E METRÓPOLES E ALDEIAS E MONTANHAS
E SEARAS E MARES E DESERTOS E PLANÍCIES E FLORESTAS E RECANTOS E CIVILIZAÇÕES
E FACES E TRADIÇÕES E MUDANÇAS E DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS E DESCOBERTAS E
DESTINOS

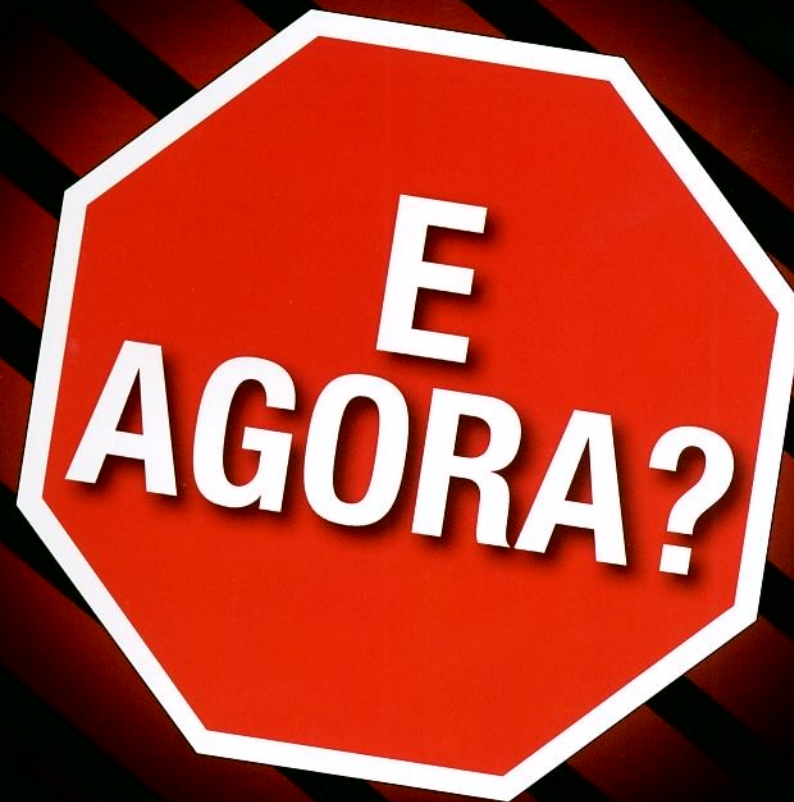
UMA VIAGEM É MUITO
MAIS QUE UM DESTINO.



Este suplemento é parte integrante da revista AutoMotor nº 262 e não pode ser vendido separadamente

TERESA LUME
Advogada

Fui Multado!



**AUTO
MOTOR**

PAGAR OU NÃO A COIMA?
ASSINAR OU NÃO O AUTO?
COMO CONTESTAR A ACÇÃO?

www.qualifica.exponor.pt

qualific@

Feira de Educação, Formação, Juventude e Emprego

31|3-3|4 2011



Não sejas totó!!!
QUALIFICA-TE

Em simultâneo: **ANIGAMIX**

Banda Desenhada, Animação,
Videojogos e Entretenimento

EXPONOR
FEIRA INTERNACIONAL DO PORTO

Avenida Dr. António Macedo - Leça da Palmeira | 4454-519 Matosinhos | tel: 808 30 14 00 | fax: 229 981 482 | info@exponor.pt | www.exponor.pt | Lisboa: info.lisboa@exponor.pt | Leiria: info.leiria@exponor.pt

AEP

PROGRAMA
AEP
OPTIONS



Peça já o seu cartão
www.aepoptions.com

Apoios:

FORUM ESTUDANTE

EP

JMAGAZINE



CLÍNICA DA
EDUCAÇÃO



mu

Apoios Institucionais:

INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P.
DELEGACIÃO REGIONAL DO NORTE

ANQ

Media
Partner

aeiou

Transportador
Oficial

cp

TERESA LUME
Advogada

Fui
Multado!



Fui Multado! E AGORA?

Autora

Teresa Lume

Direcção

António de Sousa Pereira (Director da AutoMotor)

Coordenação

Jorge Flores (Editor Executivo da AutoMotor)

Fotografia

Miguel Ângelo Silva e Arquivo CM

Design Gráfico

Sofia Lucas (Directora de Arte) e Nuno Barbosa

**AUTO
MOTOR**

Este suplemento é parte integrante da revista AutoMotor n.º 262
e não pode ser vendido separadamente

PREFÁCIO

OS DOIS LADOS DA LEI

Sempre acreditei que a lei tem dois lados. Um dos lados exige o respeito dos cidadãos. O outro lado deve aos cidadãos esse mesmo respeito. Tudo na mesma proporção.

Entre os condutores e a lei da estrada, tal equilíbrio não existe. Na ausência de uma averiguação dos pressupostos da legalidade dos autos, inverte-se sistematicamente um princípio constitucional sagrado: a presunção de inocência, transformada aqui em presunção de culpabilidade. Por acreditar que existem erros graves na elaboração das leis rodoviárias – e, sobretudo, na sua aplicação –, considero crucial que os condutores tenham direito a uma defesa justa dos seus... direitos. Uma espécie de “olho por olho, lei por lei”!

Nesse contexto, a actividade desenvolvida por Teresa Lume, autora do trabalho que se segue, é fundamental. Em tempos, a advogada esteve do lado onde nascem as leis, nomeadamente como jurista da extinta DGV. Não gostou das costas largas que o condutor tinha no retrato desenhado pelos legisladores. E, há mais de uma dezena de anos, passou para o lado da defesa dos condutores. Todos os anos são mais de meio milhar as contra-ordenações que passam pelas suas mãos, entre defesas e recursos de crimes rodoviários. Há quem a veja como uma justiceira, mas ela recusa o epíteto. Vê-se mais como alguém que conhece a lei e a quer fazer cumprir. De uma forma justa e equilibrada.

O guia que escreveu para a AutoMotor é quase como uma “bíblia”, que os condutores devem transportar no porta-luvas do veículo. Não por uma questão de fé, mas sim para estarem informados dos seus direitos. Não há nada como respeitar a lei. E exigir o mesmo dela para consigo!

Jorge Flores

1 – CONTRA-ORDENAÇÕES RODOVIÁRIAS

- 1.1 – Contra-ordenações leves
- 1.2 – Contra-ordenações graves
- 1.3 – Contra-ordenações muito graves

2 – PAGAR OU NÃO PAGAR A COIMA

- 2.1 – Pagamento voluntário da coima
- 2.2 – Depósito da coima
- 2.3 – Não pagamento da coima
- 2.4 – Pagamento a prestações

3 – GUIA DE APREENSÃO DE DOCUMENTOS E SUBSTITUIÇÃO DA CARTA DE CONDUÇÃO

- 3.1 – Quais os documentos que podem ser apreendidos
 - 3.1.1 – Proprietário ou locatário
 - 3.1.2 – Veículo de empresa
- 3.2 – Validade da guia de substituição da carta
- 3.3 – Onde renovar a guia
- 3.4 – Troca da guia pela carta de condução

4 – POSSO RECUSAR-ME A ASSINAR E/OU RECEBER O AUTO?

5 – NOTIFICAÇÃO DA MULTA

- 5.1 – Contagem de prazos
 - 5.1.1 – Notificação no momento da autuação
 - 5.1.2 – Notificação enviada para a residência
- 5.2 – Notificação para identificação do condutor
 - 5.2.1 – Prazo e requisitos da identificação
 - 5.2.2 – Prazo e requisitos para identificar outra pessoa como condutor
 - 5.2.3 – Sanção por não identificação

6 – MUDEI DE RESIDÊNCIA: DEVO MUDAR A MORADA NA CARTA DE CONDUÇÃO?

7 – A DEFESA

- 7.1 – Prazo de defesa
- 7.2 – Contestar ou não a multa
- 7.3 – A quem é dirigida a defesa e onde é entregue

8 – PEDIDO DE SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DA INIBIÇÃO DE CONDUZIR

- 8.1 – Quando é aplicável
- 8.2 – Requisitos da suspensão
- 8.3 – Sujeição a caução e/ou frequência de acção de formação
- 8.4 – A quem é dirigido o pedido de suspensão e onde é entregue
- 8.5 – Revogação da suspensão

9 – PEDIDO DE ATENUAÇÃO ESPECIAL

- 9.1 – Quando é aplicável
- 9.2 – Prazo para requerer
- 9.3 – A quem é dirigido o pedido de atenuação especial e onde é entregue

10 – REINCIDÊNCIA

11 – CASSAÇÃO DA CARTA DE CONDUÇÃO

12 – ÁLCOOL E CONTRAPROVA

13 – ESTACIONAMENTO E BLOQUEAMENTO DE VEÍCULOS

14 – INFORMAÇÕES ÚTEIS

Contactos

1 – CONTRA-ORDENAÇÕES RODOVIÁRIAS

As contra-ordenações rodoviárias não são mais nem menos do que desrespeitar as normas do Código da Estrada ou da legislação complementar a este, como, por exemplo, o Regulamento da Sinalização de Trânsito, punidas com uma coima. Podem ainda ser o não cumprimento de legislação especial sob a alçada da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR), mas desta não falaremos por extravasar o âmbito a que nos propomos. As contra-ordenações são classificadas como leves, graves e muito graves.

1.1 – CONTRA-ORDENAÇÕES LEVES

As contra-ordenações leves são apenas punidas com coima, isto é, uma quantia em dinheiro. As mais frequentes são, sem dúvida, as de paragem e estacionamento, como por exemplo:

- paragem numa praça de táxis;
- paragem num local destinado a cargas e descargas;
- estacionamento sobre o passeio;
- estacionamento para além do tempo pago (estacionamento de duração limitada) ou mesmo não pagamento da taxa.

Podem ainda dizer respeito a:

- “pisar traço contínuo”, quando aquele não divide sentidos de trânsito;
- entrar numa auto-estrada sem utilizar a via de aceleração;
- circular entre os 51 km/h e os 69 km/h na cidade (dentro da localidade), se a velocidade máxima permitida for 50 km/h.

1.2 – CONTRA-ORDENAÇÕES GRAVES

As contra-ordenações graves são punidas com coima e sanção acessória de inibição de conduzir. O limite mínimo desta é de 1 mês e o máximo de 12 meses. Aqui, incluem-se, entre outras:

- a “multa” por ir a conduzir e a falar ao telemóvel;
- a paragem ou estacionamento numa passadeira de peões;
- a falta de seguro obrigatório;
- a condução de veículo com uma Taxa de Alcoolemia no Sangue (TAS) igual ou superior a 0,50 g/l e inferior a 0,79 g/l;
- o excesso de velocidade, quando, dentro da cidade (localidade), este ultrapasse os 20 km/h da velocidade permitida mas não exceda os 40 km/h desta;
- não abrandar ou, se necessário, não parar no sinal de cedência de passagem.

1.3 – CONTRA-ORDENAÇÕES MUITO GRAVES

As contra-ordenações muito graves são punidas com coima e sanção acessória de inibição de conduzir, que pode ir de 2 a 24 meses. Exemplos de contra-ordenações muito graves são:

- passar o sinal vermelho;
- conduzir com uma TAS igual ou superior a 0,80 g/l, e inferior a 1,20 g/l;
- circular a mais de 40 km/h, dentro da localidade, da velocidade permitida por sinalização, ou, na ausência desta, dos 50 km/h correspondentes à regra geral.
- circular a mais de 60 km/h sobre a velocidade permitida em auto-estrada;
- ultrapassagem pela direita em auto-estrada ou via equiparada;
- não parar no sinal STOP.



2 – PAGAR OU NÃO PAGAR A COIMA

Quando for mandado parar por agentes da PSP ou da GNR, e estes, na sequência de o multarem, lhe disserem que ou paga ou fica sem a carta, não se aflija! Não é inteiramente verdade, porque se optar pelo depósito da coima os documentos ficam consigo.

O mesmo se passa quando os agentes lhe dizem que se efectuar o pagamento “não lhe acontece nada”, significando isto a não aplicação da inibição de conduzir. Aliás, na maior parte dos casos, é o que vem a acontecer uns meses mais tarde: ficar inibido de conduzir.

Forma de notificação da PSP para uma contra-ordenação. O formulário contém campos para: CONTRIBUÍVEL (Pessoa singular ou colectiva), DATA DE NASCIMENTO, DOC. DE IDENTIFICAÇÃO, DOMICÍLIO/SEDE, CÓDIGO POSTAL, REPRESENTANTE LEGAL, MATRÍCULA, CONDUZIDO POR, CATEGORIA, TIPO, LICENÇA, CÓDIGO POSTAL, COMARCA, DISTÍCTO, COD, DESCRIÇÃO SUMÁRIA, NORMAS INFRINGIDAS, COIMA (EUROS), PREVISÃO EM, SANÇÃO ACESSÓRIA DE, RECIBO, LIQUIDADO NESTA DATA, ENTIDADE DE CONTROLO, ENTIDADE AUTUANTE, COIMA DE DEPÓSITO, COIMA DE PAGAMENTO, e campos para o preenchimento pelo condutor.

Notificação da PSP para uma contra-ordenação

2.1 – PAGAMENTO VOLUNTÁRIO

Antes de mais, saliente-se que o pagamento voluntário **não é obrigatório**, pois tem sempre as outras duas hipóteses. Mas, então, pergunta-se: pago ou não voluntariamente?

A vantagem do pagamento voluntário sobre o não pagamento da coima reside em:

- não ficar sem a carta de condução e o Documento Único Automóvel se for o proprietário ou locatário. **Atenção:** se o automóvel for da sua empresa, ou de um amigo ou familiar, os agentes ficam apenas com a carta de condução;
- no caso de vir a ser condenado, a coima já está paga e não tem custos de processo;
- se for a sua primeira contra-ordenação grave, isto é, se não tiver sido já condenado nos últimos 5 anos por nenhuma outra infracção grave ou muito grave, pode ser concedida a suspensão da inibição de conduzir ou a atenuação especial.

A desvantagem do pagamento voluntário da coima é se o processo vier a prescrever. Isto acontece se não receber nenhuma decisão condenatória no prazo de 2 anos a contar da prática da infracção. Neste caso, a ANSR (Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária) regista a contra-ordenação no seu cadastro de condutor e não lhe devolve o dinheiro.

2.2 – O DEPÓSITO DA COIMA

Pode sempre optar, então, pelo depósito da coima, cujo valor a liquidar é igual ao do pagamento voluntário, ou seja, a quantia a entregar corresponde **SEMPRE** ao valor mínimo da coima aplicável à infracção cometida.

Se, por qualquer razão, o depósito não puder ser efectuado no momento em que está a ser autuado, pode fazê-lo até 48 horas depois.

Ao efectuar o depósito da coima, no momento ou até às 48 horas seguintes, os documentos ficam consigo, não tendo de os entregar ao agente.

A **vantagem desta opção verifica-se**, sobretudo, quando decide apresentar defesa, porquanto **se o processo vier a prescrever** o valor depositado será reembolsado e ficará com o “cadastro limpo”. Se deixar passar o prazo da defesa (15 dias úteis) sem a apresentar, o depósito é convertido em pagamento voluntário, com as vantagens deste.

O depósito não tem quaisquer **desvantagens em relação ao pagamento voluntário**, como vê, e ainda lhe dá a hipótese de pensar se quer ou não defender-se.

Em relação ao não pagamento da coima, tem ainda a vantagem de não ter de se deslocar ao Governo Civil da área de residência sempre que o prazo da guia de substituição expirar.

2.3 – O NÃO PAGAMENTO DA COIMA

Se não quiser, ou não puder, pagar a coima, **o agente fica com a sua carta de condução** e passa uma guia de substituição, válida por 6 meses. Se for o proprietário ou locatário do automóvel, retém também o Documento Único Automóvel, emitindo uma guia de apreensão de documentos.

O formulário de pagamento de coima (RECIBO) contém as seguintes informações:

- RECIBO**
- LIQUIDADO NESTA DATA**
- COIMA** ☐ **DEPÓSITO** ☒ **CERTIFICADO** ☐
- ENTIDADE** 20843
- REFERÊNCIA** 3 82395832
- MONTANTE** €30,00
- PAGAMENTO POR MULTIBANCO** (ver instruções no verso)
- TALÃO EMITIDO PELO CAIXA AUTOMÁTICO** FAZ PROVA DE PAGAMENTO. CONSERVE-O
- MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA**
- PAGÁVEL NAS ESTAÇÕES DOS CORREIOS E**

Na zona assinalada, o condutor pode optar pelo depósito

2.4 – PAGAMENTO DA COIMA A PRESTAÇÕES

Se, por qualquer motivo, não puder liquidar a coima na sua totalidade, poderá requerer à ANSR o pagamento a prestações daquela, mas **só será autorizado se o valor da coima for superior a €204**, o correspondente a 2 UCs (Unidades de Conta usadas actualmente pelos tribunais para calcular as custas processuais).

O requerimento é apresentado no Governo Civil, o qual tem impressos próprios, e deve juntar cópia do:

- último IRS;
- ou recibo de ordenado;
- ou declaração da Segurança Social a confirmar a sua situação de desemprego, a qual pode ser substituída pelo recibo da prestação mensal do subsídio de desemprego.

Documento a entregar no Governo Civil pode ser extraído do **site da ANSR**

O formulário de requerimento de pagamento da coima a prestações contém as seguintes informações:

- Auto de Contra-Ordenação n.º** _____
- Exmo. Senhor Presidente da ANSR**
- Nome/Denominação Social** _____
- Morada/Sede** _____
- Número do Documento Legal de Identificação Pessoal/NIPC** _____
- Título de condução (número)** _____
- Vem apresentar** Requerimento do Pagamento da Coima em Prestações, nos termos do art. 183º do Código da Estrada:
- Assinatura:**
 - ☐ Arquivo
 - ☐ Mandatário
 - ☐ Representante Legal
- (Identificação e procuração)**
- (Identificação e documento comprovativo/código de acesso a certidão permanente)**

3 – GUIA DE APREENSÃO DE DOCUMENTOS E SUBSTITUIÇÃO DA CARTA DE CONDUÇÃO

Optando por não pagar a coima no momento em que é multado, por discordar ou por não possuir meio de pagamento (cheque, Multibanco ou dinheiro), o agente autuante é obrigado a emitir uma guia de substituição dos documentos que apreender. E que documentos são esses?

3.1 – QUAIS OS DOCUMENTOS QUE PODEM SER APREENDIDOS?

3.1.1 – SE É O PROPRIETÁRIO OU LOCATÁRIO DO VEÍCULO QUE CONDUZ:

- Carta de condução;
- livrete e registo de propriedade; ou
- documento único, se já o possuir.

3.1.2 – SE NÃO FOR PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO QUE CONDUZ:

Se o veículo for da empresa onde trabalha, ou mesmo de um familiar ou amigo, e a infração for da sua responsabilidade, o mesmo é dizer que a contra-ordenação diz respeito ao exercício da condução, o agente autuante apreende:

- a sua carta de condução.

Quando a infração for, por exemplo, por o automóvel não possuir inspeção periódica ou seguro, o agente autuante apreende os documentos do veículo e emite uma guia de substituição, ficando então responsável por entregar na empresa ou ao seu familiar ou amigo a multa e respectiva guia de substituição.

Na guia de apreensão de documentos (a qual substitui estes), o agente autuante descreve os documentos apreendidos e informa que poderá levantar os mesmos até ao 5.º dia, com a comprovação do pagamento, na Esquadra da PSP, Polícia Municipal ou Posto da GNR, conforme a entidade autuante; ou no Governo Civil da área da sua residência, a partir do 6.º dia útil.

3.2 – VALIDADE DA GUIA DE SUBSTITUIÇÃO DA CARTA

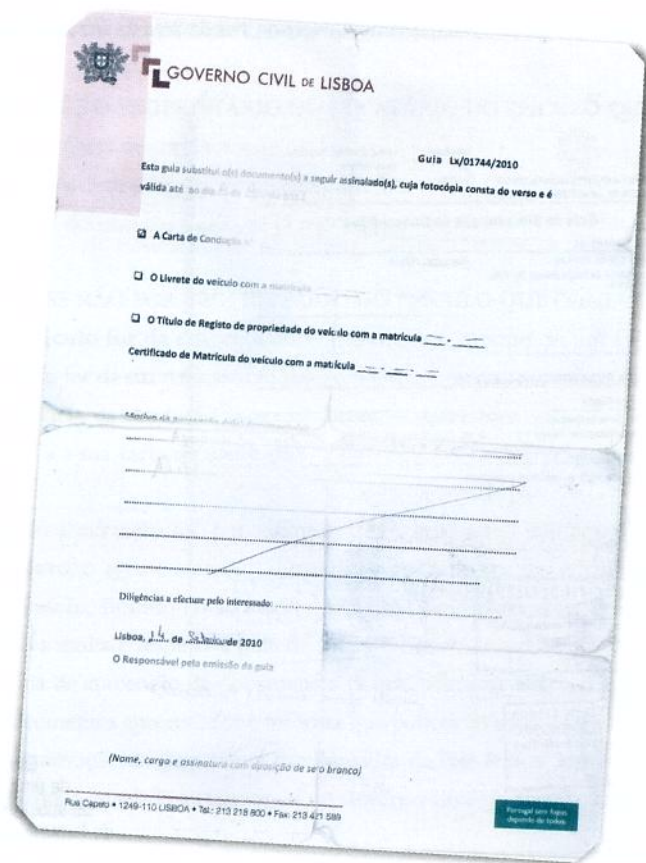
A guia de substituição substitui o seu título de condução e é emitida pelo prazo de 6 meses, podendo continuar a conduzir (apenas) em território nacional até à decisão final do processo de contra-ordenação, mesmo não contestando a multa.

Como a guia de substituição da carta de condução tem prazo de validade, não se esqueça de a renovar. A revalidação das guias é efectuada no Governo Civil da área da sua residência.

Exemplo de uma guia de substituição de formato antigo

3.2.1 – TROCA DA GUIA PELA CARTA DE CONDUÇÃO

Caso pretenda reaver os seus documentos e/ou a carta de condução, tem de efectuar o pagamento da coima e, com o comprovativo daquele, juntamente com a guia de substituição, dirigir-se ao Governo Civil. Só liquidando a coima lhe é devolvida a carta de condução, bem como os documentos do veículo, caso estes também tenham ficado apreendidos.

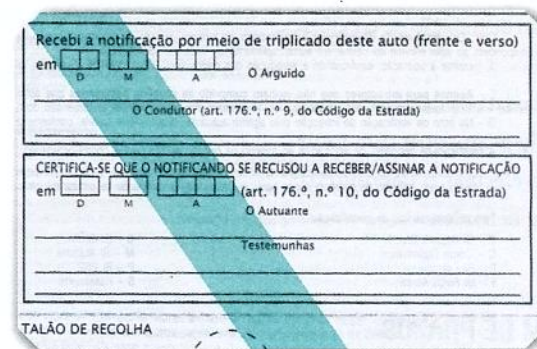
A image shows a document titled 'GOVERNO CIVIL DE LISBOA' and 'Guia Lx/01744/2010'. It contains several checkboxes for documents to be replaced: 'A Carta de Condução', 'O Livrete do veículo com a matrícula', and 'O Título de Registo de propriedade do veículo com a matrícula'. There are also fields for 'Certificado de Matrícula do veículo com a matrícula' and 'Assinatura do interessado'. At the bottom, it says 'Lisboa, 14 de Setembro de 2010' and 'O Responsável pela emissão da guia'. There is a small stamp at the bottom right that says 'Pagamento em Registo'.

Exemplo de guia de substituição das mais recentes

4 – POSSO RECUSAR-ME A ASSINAR E/OU A RECEBER A NOTIFICAÇÃO?

Claro que pode! Não é obrigado a assinar, nem a receber, a notificação.

Existe diferença entre a não assinatura e a recusa em receber. Se não assinar, o que significa que não concorda com o escrito no auto, o agente autuante é obrigado a dar-lhe o triplicado do auto, ou seja a notificação. Se também se recusar a receber, provavelmente não lhe dará a notificação e faz constar do auto a recusa em assinar e/ou receber a notificação.

The image shows a form titled 'TALÃO DE RECOLHA'. It has two main sections. The top section is titled 'Recebi a notificação por meio de triplicado deste auto (frente e verso)' and contains fields for 'em' (with boxes for D, M, A) and 'O Arguido'. The bottom section is titled 'CERTIFICA-SE QUE O NOTIFICANDO SE RECUSOU A RECEBER/ASSINAR A NOTIFICAÇÃO' and contains fields for 'em' (with boxes for D, M, A) and 'O Autuante'. There is also a field for 'Testemunhas'. At the bottom, it says 'TALÃO DE RECOLHA'.

No entanto, esta atitude em nada o beneficiará, uma vez que, nos termos da lei, consideram-no notificado. E, sem a notificação, que contém o número do auto e pela qual se identifica o processo no caso de apresentação de defesa, e mais tarde de recurso da decisão, dar-lhe-á muito mais trabalho se quiser contestar a multa. Terá de se deslocar ao Governo Civil da área da sua residência e, através do seu número de Bilhete de Identidade, cartão de cidadão ou carta de condução, pedir uma cópia. Pelo sim, pelo não, o melhor mesmo é não se recusar a receber o auto ainda que o não assine. **Nem a assinatura nem o receber o auto significa concordância com a descrição da infracção ou assumpção de culpa!** Seja como for, hoje em dia, depois da entrada em vigor das alterações ao Código da Estrada, em Março de 2005, quer assine ou não, quer receba ou não, nos termos do art.º 176º, n.º 10 do Código da Estrada, considera-se efectuada a notificação.

5 – NOTIFICAÇÃO DA MULTA

A notificação tem como PRINCIPAL objectivo dar-lhe a conhecer os factos e as circunstâncias da prática da contra-ordenação, ou seja, saber do que o acusam, bem como das sanções aplicáveis à infracção, dos montantes mínimos e máximos da coima e, igualmente, do mínimo e máximo do período de inibição de conduzir.

É também através da data da notificação que se faz a **contagem do prazo**, quer para pagar a coima, quer para efectuar o depósito da coima, quer para se defender.

5.1 – CONTAGEM DE PRAZOS

5.1.1 – NOTIFICAÇÃO NO MOMENTO DA AUTUAÇÃO

Se for notificado no momento da autuação, no local, o prazo inicia-se no dia útil seguinte, quer tenha ou não assinado a notificação dada pelo agente autuante.

5.1.2 – NOTIFICAÇÃO ENVIADA PARA A RESIDÊNCIA

Se não foi mandado parar por nenhum agente, o auto é enviado por carta registada com aviso de recepção para a morada que consta da sua carta de condução **contando-se o prazo a partir:**

- do dia útil seguinte à data da assinatura do aviso de recepção, se foi o próprio a assinar o registo;
- do 3.º dia útil ao da assinatura caso o registo tenha sido assinado por outrem.
- No 5.º dia a contar do depósito da carta simples (sem registo) na caixa de correio.

5.2 – NOTIFICAÇÃO PARA IDENTIFICAÇÃO DE CONDUTOR

A notificação para identificação do condutor é enviada pela PSP ou GNR, embora possa também vir da Polícia Municipal, quando não se é “apanhado” no momento da infracção.

Exemplo de notificação para identificação do infractor

5.2.1 – PRAZO E REQUISITOS PARA IDENTIFICAR O CONDUTOR

Após receber a notificação tem 15 dias úteis para proceder à sua identificação, e para tal basta preencher com todos os seus dados o documento enviado com a notificação e remetê-lo à entidade dele constante (ver figura).

5.2.2 – PRAZO E REQUISITOS PARA IDENTIFICAR OUTRA PESSOA COMO CONDUTOR

O prazo é igualmente de 15 dias úteis, após ter recebido a notificação.

Todavia, **atenção:** para **identificar outra pessoa** como condutor **tem de** ter na sua posse ou **saber** os seguintes dados:

- N.º do Bilhete de Identidade ou Cartão de Cidadão do condutor;
- Se for estrangeira a pessoa a identificar, n.º do documento de identificação ou passaporte;
- N.º do título de condução e que este esteja válido;
- Morada completa.

5.2.3 – SANÇÃO POR NÃO IDENTIFICAÇÃO DO CONDUTOR

Caso não identifique o condutor, dentro do prazo legal de **15 dias úteis, mais tarde chegará uma multa para pagar:** mínimo de €120, mas o valor desta poderá chegar até aos €600.

Considera-se igualmente como não identificação se aquela estiver incompleta, ou seja, se faltar algum dos dados exigidos no documento a esse efeito destinado. Também de nada serve dizer que não sabia quem ia a conduzir, porque é igualmente multado por não ter identificado o condutor.

Além da contra-ordenação por não identificação do condutor, receberá ainda a multa propriamente dita, respeitando esta à infracção cometida.

6 – MUDEI DE RESIDÊNCIA: DEVO MUDAR A MORADA DA CARTA DE CONDUÇÃO?



Nos termos legais (art.º 122.º, n.º 11 do Código da Estrada), **sempre que mudar de domicílio está obrigado a comunicar a sua nova residência no prazo de 30 dias** à entidade competente para a emissão dos títulos de condução, que, no caso de veículos automóveis, passou a ser o Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, com a publicação do Decreto-Lei n.º 147/2007, de 27 de Abril. A não comunicação no prazo estipulado implica o pagamento de uma coima entre €60 e €300. Mas esta não é a única implicação! Se tiver cometido alguma infracção, a notificação desta e das decisões subsequentes vai para a morada constante da carta de condução. Supondo que já não tem qualquer contacto com quem vive na sua antiga casa (e, portanto, não tem conhecimento das notificações enviadas), um dia arrisca-se – por exemplo, numa operação Stop – a que um agente da autoridade lhe diga ir apreender a sua carta porque consta dos registos que foi condenado numa sanção de inibição de conduzir que se encontra por cumprir (art.º 174.º, n.º 6 do Código da Estrada). Por tudo isto, talvez seja melhor mesmo mudar a sua morada quando muda de residência.

7 – A DEFESA

A defesa ou contestação da multa **tem como objectivo provar que não cometemos a infracção pela qual somos acusados**, por um lado. Por outro, a defesa não é uma simples carta dirigida ao Presidente da ANSR. Deve aduzir razões de facto e de direito.

7.1 – PRAZO

A defesa deve ser apresentada nos 15 dias úteis seguintes ao ser notificado da multa, seja esta notificação presencial ou por outra carta. Se deixar passar este período a defesa não será aceite como tal, excepto se conseguir provar que, por razões alheias à sua vontade, não o pôde fazer em tempo útil.

7.2 – CONTESTAR OU NÃO?

Todavia, a questão de fundo reside numa pergunta tão simples como esta: devo contestar a multa, ou não? Se a pergunta é simples, a resposta é bem mais complexa, visto depender de vários factores e das circunstâncias de cada caso.

O mais gritante é aquele em que somos autuados por uma infracção que não cometemos. Se for esse o seu caso, o melhor é recorrer a um advogado. Não se esqueça, porém, que não basta afirmar que não cometeu a infracção, é imprescindível prová-lo. A prova pode ser testemunhal ou documental.

Por exemplo: recebe uma notificação de uma infracção de estacionamento, nesta é acusado de ter estacionado o seu carro em cima do passeio numa rua da cidade do Porto. Contudo, naquele preciso dia e hora veio a Lisboa e viajou no seu carro. Como é impossível encontrar-se o veículo em dois locais ao mesmo tempo, logicamente não cometeu tal infracção.

Como provar isto? Pode prová-lo através da passagem nas portagens da auto-estrada. Veio pela Estrada Nacional? Bom, se veio em trabalho, pode sempre pedir uma declaração à empresa a atestar tal facto. Se a sua deslocação foi de lazer, pode apresentar uma testemunha, a qual atestará ter estado consigo nesse dia e hora; ou até mesmo uma factura do restaurante onde almoçou.

E se, em vez de uma multa de estacionamento, for acusado de ter passado com o sinal vermelho? Pois é, aqui, se for apenas a sua palavra contra a do agente autuante, tem muito poucas probabilidades de provar que não cometeu tal infracção, excepto se tiver uma testemunha do seu lado. Porém, repetimos o afirmado anteriormente: deve sempre consultar um advogado.

Um dos casos mais frequentes, quando a multa é por excesso de velocidade, é questionar-se se podem ser aduzidas razões de urgência, seja de trabalho (“ia atrasado para uma reunião”), seja de doença (“ia para o hospital com a minha mulher”). No primeiro caso, tal justificação não chega para ver ser “anulada” a multa, mas poderá eventualmente constituir uma atenuante, para lhe ser concedida a suspensão ou atenuação especial da sanção acessória de inibição de conduzir. No segundo caso, tem de provar a alegação através de uma declaração hospitalar ou do serviço de urgência. Também o facto de necessitar da carta de condução na sua actividade profissional não é suficiente para o processo ser arquivado ou para dispensá-lo da inibição de conduzir.

7.3 – A QUEM É DIRIGIDA A DEFESA E ONDE SE ENTREGA?

A defesa é dirigida ao Presidente da ANSR e pode entregá-la no Governo Civil ou enviar por carta registada, para ficar com uma prova de envio, para aquele ou mesmo para a ANSR, cuja morada encontrará nas últimas páginas desta publicação.

8 – A SUSPENSÃO DA SANÇÃO ACESSÓRIA DE INIBIÇÃO DE CONDUZIR

8.1 – QUANDO É APLICÁVEL?

A **suspensão** da sanção acessória de **inibição de conduzir**, correntemente conhecida por “não ficar sem carta”, só é aplicável às **contra-ordenações graves**. Ao ser-lhe concedida a suspensão, não terá de entregar a sua carta de condução. **Contudo, se cometer outra infracção grave ou muito grave**, e for por ela condenado, **durante o prazo de suspensão** fixado na decisão condenatória – normalmente é fixada em 6 meses –, a pena torna-se efectiva. O mesmo será dizer que irá cumprir não só o período que tinha ficado suspenso como aquele que lhe for aplicado pela infracção cometida durante o período da suspensão.

8.2 – REQUISITOS DA SUSPENSÃO

A suspensão da sanção acessória de inibição de conduzir (art.º 141.º do Código da Estrada) é concedida se:

- a contra-ordenação for classificada como grave;
- não tiver sido condenado por qualquer outra contra-ordenação grave ou muito grave praticada há menos de 5 anos, e que conste do seu Registo Individual de Condutor (R.I.C.);
- não tiver sido condenado por crime em que lhe tenha sido aplicada a pena de proibição de conduzir;
- e, por último, mas não menos importante: que tenha pago a coima.

Excepcionalmente, pode ainda ser-lhe dada a suspensão da inibição de conduzir se tiver sido condenado nos últimos 5 anos por uma contra-ordenação grave.

8.3 – DEVERES

A suspensão da sanção acessória de inibição de conduzir **pode ser sujeita, singular ou cumulativamente, aos seguintes deveres**:

- **Caução**, cujo valor mínimo é de €500 e máximo de €5000;
- **Frequência de acções de formação**, cujo encargo é suportado por si.

8.4 – A QUEM É DIRIGIDO O PEDIDO DE SUSPENSÃO E ONDE É ENTREGUE?

Tal como a defesa, o requerimento a solicitar o pedido de suspensão da sanção acessória de inibição de conduzir é dirigido ao **Presidente da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR)**.

Pode entregá-lo em mão no Governo Civil da área da sua residência ou enviar por carta registada, sendo aconselhável fazê-lo com aviso de recepção, para ficar com uma prova do envio, para a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária.

8.5 – REVOGAÇÃO DA SUSPENSÃO

Como referimos anteriormente, se durante o período de suspensão for condenado por outra contra-ordenação grave ou muito grave, aquela é revogada e terá de cumprir o período ao qual vem condenado **acrescido do período de inibição suspenso**. Exemplificando: tendo sido punido com uma inibição de conduzir durante 1 mês, foi-lhe concedida suspensão da mesma pelo período de 6 meses e, durante este, cometeu uma outra contra-ordenação muito grave. Ao ser condenado por esta última, a decisão vai fixar-lhe uma inibição de conduzir de 5 meses, isto não só por ser considerado reincidente (4 meses de inibição), como por ter de cumprir ainda 1 mês referente à anterior condenação, já que a suspensão anteriormente concedida é revogada.

9 – A ATENUAÇÃO ESPECIAL DA INIBIÇÃO DE CONDUZIR

9.1 – QUANDO É APLICÁVEL

Às contra-ordenações classificadas como muito graves (passagem de sinal vermelho, ultrapassagem pela direita em auto-estrada, entre outras) só é aplicável a atenuação especial, a qual reduz o período de inibição de 2 meses para 1. Contudo, **esta só é concedida caso o seu cadastro de condutor se encontre “limpo”**, isto é, não tenha sido condenado por qualquer outra infração grave ou muito grave nos últimos 5 anos. Aqui não há cauções nem entregas de quantias para instituições de solidariedade social, porquanto não há lugar à suspensão, como nas contra-ordenações graves.

9.2 – PRAZO PARA REQUERER O PEDIDO DE SUSPENSÃO OU ATENUAÇÃO ESPECIAL

O prazo para entregar ou enviar os pedidos de suspensão ou de inibição de conduzir é de **15 dias úteis**, a contar da notificação.

9.3 – A QUEM É DIRIGIDO E ENTREGUE O PEDIDO DE ATENUAÇÃO ESPECIAL DA SANÇÃO ACESSÓRIA?

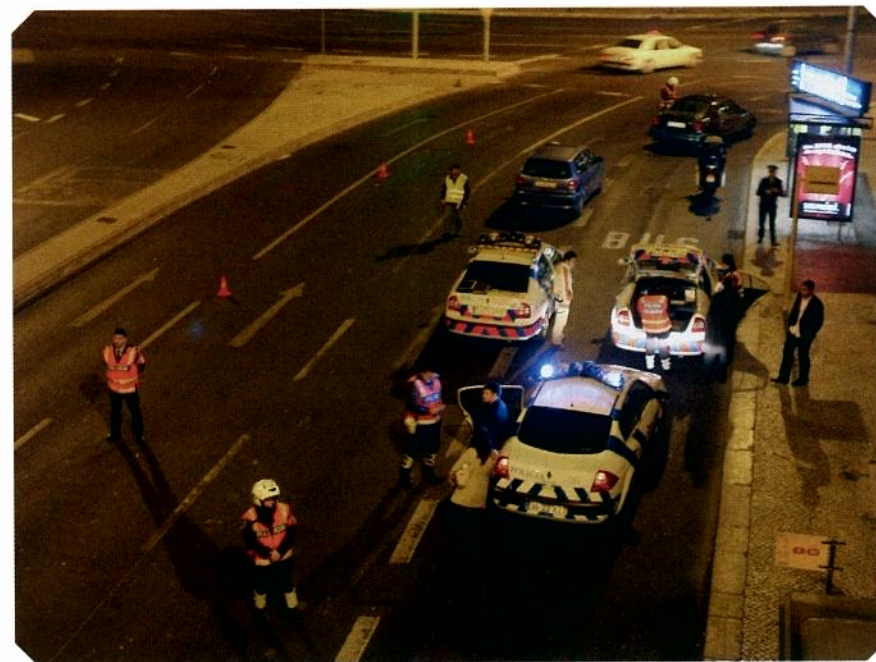
Tal como o pedido de suspensão e a defesa, o requerimento a solicitar a atenuação especial da sanção acessória de inibição de conduzir é dirigido ao Presidente da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR).

Pode entregá-lo em mão no Governo Civil da área da sua residência ou enviar por carta registada, aconselhando-se que o faça com aviso de recepção, para ficar com uma prova do envio, para a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária.

10 – REINCIDÊNCIA

Pode nunca ter ficado sem carta, significando isto que, apesar de ter sido condenado por uma contra-ordenação, não a tenha tido de entregar por ter beneficiado de uma suspensão. No entanto, a infração constará do seu R.I.C. – cadastro do condutor – caso tenha sido condenado por infração grave ou muito grave ou por crime a que tenha sido aplicada proibição de conduzir, nos últimos 5 anos. A reincidência tem como efeitos:

- nas contra-ordenações graves, a inibição de conduzir passa de 1 mês para 2 meses, no limite mínimo, e de 12 meses para 24 meses no limite máximo;
- nas contra-ordenações muito graves, a inibição de conduzir passa de 2 meses para 4 meses, no limite mínimo, e de 24 meses para 48 meses no limite máximo.



11 – CASSAÇÃO DA CARTA DE CONDUÇÃO

É frequente confundir-se a cassação da carta com a inibição de conduzir, porque quando esta é aplicada tem de entregar a carta para cumprir o período de inibição. Todavia, são sanções radicalmente diferentes.

O cumprimento de uma inibição ou mesmo proibição de conduzir, se por acaso tiver praticado um crime em que aquela pena lhe tenha sido aplicada, é temporário. No fim do prazo, após ter cumprido o período em que foi condenado, independentemente da sua duração, o seu título de condução é-lhe devolvido.

Já na cassação isto não acontece! Se a sua carta for cassada só lhe resta, se quiser voltar a conduzir, fazer **novo exame de condução**, ou seja, “tirar a carta” de novo.

A cassação do título de condução ocorre quando for condenado em 3 contra-ordenações muito graves ou 5 contra-ordenações entre graves e muito graves, no prazo de 5 anos. No entanto, para a contagem do período de 5 anos, só entram as infracções posteriores a 6 de Julho de 2008. Assim, ainda que tenha averbado no seu cadastro de condutor (RIC) outras contra-ordenações graves e muito graves cometidas antes de 7 de Julho de 2008, as mesmas não entram para a contagem e, consequentemente, para a cassação da carta de condução.

Ao ser-lhe cassada a carta:

- fica proibido de conduzir qualquer veículo a motor;
- não pode obter nenhum título de condução de veículo a motor;
- tem obrigatoriamente de esperar 2 anos para obter novo título de condução.

12 – ÁLCOOL E CONTRAPROVA

Ainda hoje é frequente pensar-se que o teste de despistagem do álcool efectuado nas operações Stop, ou na sequência de um acidente, é o 1.º teste, sendo o 2.º teste, que faz na esquadra, ou no local, a contraprova. **NÃO É!**



Aparelho utilizado pelas forças policiais para a despistagem do álcool



O primeiro teste é sempre o chamado teste qualitativo ou de **despistagem**. Só quando neste acusa um valor igual ou superior a 0,50g/l é convidado a efectuar o teste quantitativo, ou seja, **aquele que vai servir de prova** – se a TAS for superior ao legalmente permitido. Este teste quantitativo é efectuado no **alcoolímetro Dräger** (ver figura). Se quiser efectuar a contraprova, ela será feita noutro alcoolímetro igual ou semelhante a este último, ou pode requerer ainda a análise de sangue.

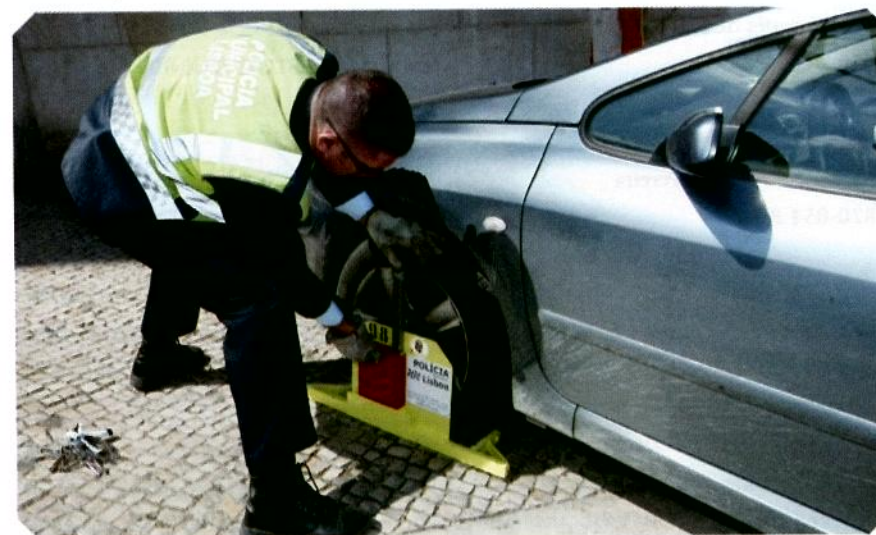
13 – ESTACIONAMENTO E BLOQUEAMENTO DE VEÍCULOS

O bloqueamento efectuado por qualquer entidade, seja ela policial ou das Câmaras Municipais, através das empresas públicas constituídas para o efeito, quando diz **respeito ao estacionamento de duração limitada**, só é legal se :

- Não tiver pago a taxa;
- Tiverem passado 2 horas para além do período de tempo pago;

A taxa de desbloqueamento é agora de €60 para os veículos ligeiros e de €30 para os motociclos e ciclomotores.

Assim, além da multa por estacionamento indevido, que vai dos €30 aos €150, ainda terá de pagar a taxa de desbloqueamento. Pode também acontecer que lhe removam o veículo. Se tal suceder, terá de pagar uma taxa de remoção de €75, se for dentro da localidade, acrescida de €15 por cada dia que o seu automóvel estiver no parque de estacionamento da polícia.



14 – INFORMAÇÕES ÚTEIS

AUTORIDADE NACIONAL DE SEGURANÇA RODOVIÁRIA (ANSR)

Parque de Ciências e Tecnologia de Oeiras
Av. de Casal de Cabanas, Urbanização de Cabanas
Golf, n.º 1, Tagus Park
2734-507 Barcarena
Telefone: 214 236 800
Contact Center: 707 200 830 (09:00 – 19:30)
Site: www.ansr.pt



MORADAS E CONTACTOS DOS GOVERNOS CIVIS

Aveiro

Praça Marquês de Pombal
3810-076 AVEIRO

Castelo Branco

Rua da Bela Vista
6000-458 CASTELO BRANCO

Beja

Rua D. Nuno Álvares Pereira
7820-054 BEJA

Coimbra

Rua Couraça da Estrela
3001-851 COIMBRA

Braga

Palácio dos Falcões Campo de Santiago
4704-501 BRAGA

Évora

Rua Francisco Soares Lusitano
7000-897 ÉVORA

Bragança

Largo de S. João
5301-864 BRAGANÇA

Faro

Praça D. Francisco Gomes, n.º 4
8000-168 FARO

Guarda

Largo Frei Pedro
6300-711 GUARDA

Viana do Castelo

Rua da Bandeira, n.º 249
4901-853 VIANA DO CASTELO

Leiria

Largo Dr. Manuel de Arriaga, n.º 1
2400-177 LEIRIA

Vila Real

Largo Conde de Amarante
5000-529 VILA REAL

Lisboa

Rua José Estevão, n.º 137
1249-110 LISBOA

Viseu

Av. Alberto Sampaio, n.º 17
3514-512 VISEU

Portalegre

Praça da República, n.º 19 – Ap. 294
7301-901 PORTALEGRE

Porto

Rua Gonçalo Cristóvão, n.º 347, 1.º Sala 118
4000-270 PORTO

Santarém

Largo do Carmo
2000-118 SANTARÉM

Setúbal

Av. Luísa Todi, n.º 336, 2.º
2904-517 SETÚBAL

HORÁRIO DE ATENDIMENTO

O horário de atendimento dos serviços de contra-ordenações rodoviárias, nos Governos Cívicos, é prestado nos dias úteis, das 9h00 às 16h00.

TERESA LUME
Advogada

VOZ ACTIVA



Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa, em 1985, Teresa Lume exerceu as funções de jurista na Prevenção Rodoviária Portuguesa, entre 1989 e 1999, dando formação na área do Direito Rodoviário e da Educação Rodoviária à GNR, PSP e professores, e participando em vários colóquios e seminários sobre legislação rodoviária. Entre 1994 e 1998 foi jurista avençada da Direcção-geral de Viação, no processo das contra-ordenações rodoviárias. A partir de 1998 passou a exercer a advocacia no âmbito do Direito Rodoviário. Em 2000 tornou-se uma voz activa na defesa dos automobilistas contra aquilo que considera ser uma "caça à multa" por parte das autoridades. Presença assídua em programas televisivos e debates sobre a defesa dos direitos dos condutores, Teresa Lume é consultora jurídica da AutoMotor desde 2002.

Fui Multado! E AGORA?



ASSINE JÁ!



20% desconto

ASSINE JÁ!

Ligue
21 330 77 77

**COMO
ASSINAR**

Telefone
☎ 21 330 77 77
Fax
☎ 21 354 06 74
E-mail
@ assine@cofina.pt

Correio
✉ Remessa Livre
11005 EC Arroios
1032-960 Lisboa

☒ **SIM** Desejo assinar a Automotor com um desconto de 20% sobre o preço de capa.
PVP 1 ano (12 edições): € 39,60 Assinatura: apenas € 31,68

**20%
desconto**

Nome _____
Morada _____
C. Postal _____ Localidade _____ Tel. _____
E-Mail: _____ Data de nascimento: _____

Autorização de Pagamento

MELHOR OPÇÃO!

Pago por transferência bancária em 2 prestações, pelo que preencho a Autorização de Pagamento. A minha assinatura renovar-se-á automaticamente, salvo instruções minhas em contrário.

Autorização de Pagamento - por débito na conta abaixo indicada, queiram proceder, até nova comunicação, aos pagamentos de subscrições que vos forem apresentadas por Edirevistas, Sociedade Editorial S.A.

Nome do titular _____ Banco _____ Balcão _____

NIB _____ Data _____

Assinatura _____

☐ Debitem, de uma só vez, o valor total da minha assinatura no meu cartão de crédito n.º _____

Válido até _____ CVV _____ Indique os três últimos dígitos do número que se encontra no verso do seu cartão. Se nada constar, deixe em branco!

Assinatura: _____

☐ Junto envio Cheque no valor total da minha assinatura a ordem de EDIREVISTAS S.A. - Cheque n.º _____ Banco _____

Preço e Promoção válidos para Portugal. Os dados recolhidos serão processados informaticamente e destinam-se à gestão da sua assinatura. Garantimos, nos termos da lei, o direito de acesso, rectificação e eliminação dos seus dados. Este ficheiro poderá ser utilizado para apresentação de novas propostas. Caso não deseje receber essa informação, assinala aqui, por favor. ☐